



INTER  
FACES  
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI-10.17564/2316-3828.2019v7n2p47-54

INTELECTUAIS E IMPRESSOS EDUCACIONAIS NO BRASIL

---

## UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O SERTÃO: PRINCÍPIOS DA ESCOLA NOVA NO CEARÁ

A PROJECT OF EDUCATION FOR THE SERTÃO: PRINCIPLES OF THE NEW SCHOOL IN CEARÁ

UN PROYECTO DE EDUCACIÓN PARA EL SERTÓN: PRINCIPIOS DE LA ESCUELA NUEVA EN EL CEARÁ

---

Amanda Teixeira da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho pretende discutir as ideias de Manoel Bergström Lourenço Filho acerca da democratização do ensino primário no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930. Lourenço Filho foi o intelectual responsável pela reforma do ensino público conduzida pelo estado do Ceará em 1922. Após sua temporada no estado, lançou o livro “Juazeiro do Padre Cícero”. Aqui, realizamos levantamento documental e bibliográfico em que cotejamos o referido livro e os artigos que publicava em anais acadêmicos e demais periódicos acerca da necessidade de uniformização da educação no Brasil. Os textos de Lourenço Filho por um lado,

pregavam a universalização do ensino primário; por outro, defendiam que deveria ser dada prioridade à formação de uma elite capaz de governar os rumos da nação. Concluímos que é possível notar, já na reforma de 1922, indicativos das contradições que viriam a constituir o ideário da Escola Nova no Brasil.

### PALAVRAS-CHAVE

Lourenço Filho. Educação. Escola Nova. Reforma Serpa. Ceará.

## ABSTRACT

This work intends to discuss the ideas of Manoel Bergström Lourenço Filho about the democratization of primary education in Brazil between the 1920s and 1930s. Lourenço Filho was the intellectual responsible for the reform of public education conducted by the state of Ceará in 1922. After his passage by Ceará, launched the book “Juazeiro do Padre Cícero”. Here, we carry out a documentary and bibliographical survey in which we compare this book and the articles that he published in academic annals and other periodicals about the necessity of standardization of education in Brazil. The texts of Lourenço Filho on the one

hand preached the universalization of primary education; on the other, argued that priority should be given to the formation of an elite capable of governing the course of the nation. We conclude that it is possible to note, already in the 1922 reform, indicative of the contradictions that would constitute the ideology of the New School in Brazil.

## KEYWORDS

Lourenço Filho. Education. New Education Pedagogy. Reforma Serpa. Ceará.

## RESUMEN

Este trabajo pretende discutir las ideas de Manoel Bergström Lourenço Filho acerca de la democratización de la enseñanza primaria en Brasil entre las décadas de 1920 y 1930. Lourenço Filho fue el intelectual responsable de la reforma de la enseñanza pública conducida por el estado de Ceará en 1922. Después de su temporada en Ceará, lanzó el libro “Juazeiro do Padre Cícero”. Aquí, realizamos levantamiento documental y bibliográfico en que cotejamos el referido libro y los artículos que publicaba en anales académicos y demás periódicos acerca de la necesidad de uniformización de la educación en Brasil. Los textos de Lourenço

Filho, por un lado, predicaban la universalización de la enseñanza primaria; por otro, defendían que debería darse prioridad a la formación de una élite capaz de gobernar los rumbos de la nación. Concluimos que es posible notar, ya en la reforma de 1922, indicativos de las contradicciones que vendrían a constituir el ideario de la Escuela Nova en Brasil.

## PALABRAS CLAVE

Lourenço Filho. Educación. Escuela Nueva. Reforma Serpa. Ceará.

## 1 INTRODUÇÃO

Manoel Bergström Lourenço Filho foi um influente educador escolanovista. Após destacar-se no exercício de seu ofício na Escola Normal de Piracicaba, onde foi professor de Psicologia e Pedagogia, passou a galgar espaços de maior visibilidade. Lourenço Filho foi um entusiasta da utilização de testes psicológicos para aferição da capacidade cognitiva dos estudantes. Tais testes eram utilizados para formar turmas de estudantes relativamente homogêneas, que facilitassem o ensino. Seu interesse por temas nacionalistas – tais como patriotismo, civismo e identidade nacional – o conduziu à colaboração com o Estado Novo de Getúlio Vargas, tendo sido um dos educadores envolvidos na elaboração do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932).

A Escola Nova no Brasil teve características diferentes daquelas apresentadas pela Escola Nova na Europa. O Brasil era então um país em que a educação básica ainda se mostrava incipiente. Apresentava, conseqüentemente, pequeno o número de professores de fato qualificados para o magistério. Assim, muitos aspectos das novas teorias e métodos pedagógicos, no Brasil, sofreram forte influência de práticas tradicionais, sob as quais haviam sido alfabetizados – e ligeiramente formados – os profissionais que atuavam no ensino primário. Além disso, algumas das inovações propostas pelos defensores dessa tendência lembravam mais o taylorismo educativo que uma escola ativa (CARVALHO, 2005).

Embora os escolanovistas, em geral, tenham sido conhecidos por defenderem a oferta pública de educação primária para todos, Lourenço Filho, antes de aderir ao movimento, lançou alguns escritos que deixavam entrever a apologia de uma educação que privilegiasse a formação de certa elite intelectual. Um dos textos em que essa defesa aparece, de maneira transversal, é o livro “Juazeiro do Padre Cícero”, ainda pouco estudado por pesquisadores interessados pelo tema. Aqui, essa obra será examinada em contraponto à sua produção acadêmica, especialmente aos artigos publicados em anais de periódicos educacionais.

## 2 A REFORMA NO CEARÁ: IMPLEMENTAÇÃO E LEGADO

Em 1922, Lourenço Filho foi convidado pelo governo do Ceará – encabeçado, à época, por Justiniano Serpa – para reformar o ensino do estado. Com esse objetivo, o educador viajou a diversas cidades do Ceará, inclusive a Juazeiro do Norte. Conforme matéria publicada na primeira página do *Correio Paulista* em 18 de janeiro de 1923, Lourenço Filho não atuou apenas no serviço burocrático, mas também ministrou, em Fortaleza, um curso de férias em que reuniu 368 professores. O educador paulista concedeu aulas de Psicologia Geral e Educacional, trazendo novas perspectivas sobre ensino, cognição e aprendizagem (REFORMA DA INSTRUÇÃO, 1923, p. 1). O curso tinha como objetivo atualizar educadores que já atuavam, em diversas cidades do estado, na instrução pública. Fazia parte da chamada *Reforma Serpa*.

Segundo a Lei 1.953, aprovada em 2 de agosto de 1922, o ensino primário, no Ceará, passaria a ter duração de quatro anos. Seria leigo, gratuito e obrigatório, abrangendo crianças de 7 a 12 anos de idade. Ficariam isentas dessa obrigatoriedade crianças que frequentassem escolas particulares, sofressem de doenças incapacitantes ou não possuíssem escolas públicas num raio de 2km de seus domicílios. Para viabilizar a alfabetização das crianças e a oferta pública do curso primário, foi necessário abrir, em todo o estado, um número maior de escolas. O governo estadual também investiu na formação de professores, assim como na aquisição de novos mobiliários e materiais escolares. O empreendimento envolveu ainda a contratação de médicos responsáveis pela aplicação de medidas profiláticas junto aos educadores e às crianças matriculadas em escolas públicas (VIEIRA; FARIAS, 2006).

Lourenço Filho propunha uma educação menos bancária e mais ativa, baseada em estudos psicológicos estrangeiros que chegavam, então, ao Brasil. Foi influenciado por Claparède, Dewey, Montessori e Declory. Segundo tais pensadores, os alunos deveriam ter assegurado o acesso aos mais diversos materiais, para que aprendessem com base na experimentação. Como se pode imaginar, tal proposta se

mostraria dispendiosa e, na prática, inviável, principalmente no interior do estado.

Após a morte precoce de Justiniano Serpa, José Moreira da Rocha assumiu o governo do estado e, conseqüentemente, a continuidade da reforma. Segundo texto publicado no periódico fortalezense “A Razão”, a instrução primária não teria se modificado para melhor nesse período, pois continuava “a faltarlhe tudo, porque lhe falta material escolar suficiente e não existe, nem pode existir, entusiasmo da parte de um professorado miseravelmente pago, que mal ganha para comer” (A MENSAGEM, 1930, p. 1).

### 3 A PUBLICAÇÃO DE JUAZEIRO DO PADRE CÍCERO E SUA REPERCUSSÃO

Em 1926, Lourenço Filho publicou sua obra *Juazeiro do Padre Cícero*. Graças a ela, alcançou uma cadeira na Academia Paulista de Letras. Os ensaios que compuseram o livro foram, anteriormente, veiculados no Estado de São Paulo. O trabalho teve grande repercussão, sendo recebido com resenhas e textos elogiosos nos mais diversos jornais paulistanos. Nesse livro, lançado anos antes do “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, Lourenço Filho apresentava suas ideias sobre a democratização do acesso à educação no Brasil:

A ilusão da necessidade e urgência de alfabetização está na falsa analogia entre o grande organismo do País, tomado como unidade, e o indivíduo. Assim como o indivíduo necessita, para aparelhamento indispensável de cultura, em nossos dias, de saber ler e escrever, supõe-se que a cultura nacional terá que começar pela imposição, a todos os brasileiros, desse instrumento. O equívoco é manifesto. A unidade-Nação não é uma simples soma aritmética das unidades-indivíduo. (LOURENÇO FILHO, [1926] p. 143).

Ou seja, para o educador, as necessidades do país não eram as mesmas dos indivíduos. O país precisava de cultura, sem dúvida. Mas a cultura de uma nação não seria formada pela simples soma de indivíduos alfabetizados. Sua crítica era endereçada a uma educação bancária, focada somente

em aulas expositivas que tinham como finalidades a leitura e a escrita. Lourenço Filho era contrário à prática pedagógica que desconsiderava as peculiaridades, os hábitos, as vocações e os modos de vida das populações do interior do país. Por outro lado, indicava a necessidade de unificar essas peculiaridades, produzindo, assim, uma identidade nacional (KULESZA, 2016). Para ele, educação era um conceito mais amplo e, por vezes, até contrário às noções de letramento e alfabetização:

A essa população disseminada em pequenos focos dispersos, sem relação direta com o progresso do litoral, ao sertanejo atual, enfim, de pouco valerá saber ler, apenas. Mais valerá, para cada mil cabeças, cem cabeças bem formadas, adaptadas às necessidades e ao desenvolvimento da região, apetrechadas para lutar, vencer e impor-se aos demais, como exemplo e guia. Que valerá saber ler sem hábitos de observação e trabalho, sem energias para pronta reação de adaptação ao meio?... (LOURENÇO FILHO, [1926], p. 142-143).

Deste modo, a formação de uma elite intelectual – diferente da elite financeira e econômica que detinha o poder até então – deveria, segundo Lourenço Filho, ser uma prioridade para as regiões mais afastadas do Brasil. Esse pensamento daria origem a diversos artigos publicados em jornais paulistas naquele período. Segundo texto publicado em “A Gazeta”, por exemplo:

Não será a guerra ao analfabetismo o remédio eficaz. De modo algum se chegará a resultado positivo com essa orientação, que tem sido a única até hoje indicada pelos que se preocupam com os problemas fundamentais da nacionalidade. Alfabetizar o homem do campo é desintegrá-lo do seu meio. De posse de algumas tinturas culturais, ele abandonará o trabalho rude da lavoura, o seu espírito devaneará, flutuará, perdendo por completo as qualidades que o afeiçoam à terra. A solução da nossa crise social pode ser encontrada na instituição de três núcleos universitários, ao sul no centro e no norte, dos quais irradiará por todo o país a influência que sempre exercem os focos intensos de meditação e estudo. (A FORMAÇÃO, 1926, p. 1).

Tais reinterpretações do pensamento de Lourenço Filho foram comuns, e serviram para validar, entre intelectuais paulistas, a necessidade de um investimento mais expressivo na formação das elites, legando às camadas populares o mais baixo nível educacional e, conseqüentemente, a perpetuação de sua condição. Os escritos do educador também foram utilizados como instrumentos para justificar uma suposta superioridade das populações do Sul em relação às do Norte, embora essa ideia frequentemente tenha sido combatida por ele. Mesmo no Ceará, um artigo publicado em 1931 no periódico “A Razão” avaliava que:

Falhou no interior, a ESCOLA NOVA, que tem como principal objetivo dar ao aluno plena autonomia, transformando o professor num guia intelectual das suas aptidões profissionais. Nas exposições escolares, a que temos assistido, nos sertões, apenas os trabalhos de agulha, das meninas, apresentam o despertar das tendências instintivas do sexo. Os meninos nada produzem que revelem o surgir de uma consciência apreendedora dos atos sociais, que se prendem a sua existência. A monotonia da vida rural impede, nas crianças, o desenvolvimento das faculdades preceptoras que se relacionam com o quadro limitado do interesse infantil, dentro da vida doméstica. As nossas condições socioeconômicas não podem se equiparar às de S. Paulo. A população infantil que frequenta as escolas do Estado corresponde a uma reduzida percentagem da que deveria estar se alfabetizando. (ALVES, 1931, p. 4).

O pensamento defendido por Lourenço Filho era outro. Ele acreditava que, dentro das escolas primárias, seria possível encontrar crianças mais aptas, às quais deveriam ser dadas condições para que prosseguissem nos estudos (nas escolas secundárias e no ensino superior) e formassem, posteriormente, uma elite intelectual preocupada com os interesses da nação. Defendia que “o sertanejo, embora analfabeto, é um ser empiricamente adaptado ao meio. [...] O letrado, ao contrário, é um ser desadaptado em sua terra, pela qual é incapaz de praticar o mínimo ato de melhoria” (LOURENÇO FILHO, [1926], p. 143). Seria, portanto, necessário constituir uma espécie de elite sertaneja, capaz de se fixar no Nordeste e garantir avanços para a região.

## 4 A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ E A UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL

Em 1923, a *Revista Nacional* empreendeu um esforço de divulgar estudos sobre a reforma da educação em diversos estados brasileiros. Lourenço Filho foi um dos personagens procurados pelo periódico, que publicou sua entrevista, intitulada “O ensino no Ceará”. A conversa pretendia, principalmente, avaliar as práticas educacionais empregadas no estado antes e depois da reforma.

Oito meses após a implementação da reforma liderada por Lourenço Filho, o número de matrículas no Ceará subiu 30% (de 19.360 para 25.725 estudantes), e a frequência, 50% (de 10.137 para 15.971). Embora fosse um incremento relevante, cabe considerar que, naquele ano, havia, no estado, 161.572 crianças em idade escolar. Quando Lourenço Filho deixou o Ceará, 22% das crianças frequentavam escolas. O que parece uma porcentagem relativamente pequena, era, por outro lado, um bom resultado considerando as médias nacionais. Quando entrevistado, o educador afirmou ainda que o Ceará investia, então, quase um quinto de suas rendas com a instrução, enquanto em outros estados da federação gastava-se três por cento. Havia, naquele período, 597 escolas estaduais, 205 particulares e 72 escolas municipais (LOURENÇO FILHO, 1923, p. 473).

Lourenço Filho insistia que, apesar de concordar com a necessidade de universalização do ensino primário, devia-se considerar que a alfabetização seria infrutífera caso não se desse em conexão com práticas educativas que levassem em conta o meio em que vivia o estudante. O educador negava, no entanto, que se tratasse de propor um ensino meramente profissionalizante. Afirmava propor, em tais escolas reformadas, “a adaptação da mentalidade dos nossos futuros homens às profissões normais” (LOURENÇO FILHO, 1923, p. 472):

O que falta, em geral, no Nordeste, como em todo o Norte, é maior cultura do sertanejo. A que há é pouca, e quase sempre desnaturada por um ensino quase que só literário. Uma das grandes preocupações da

reforma cearense é justamente a de opor uma orientação mais natural à tendência que há, arraigada, de ensinar apenas a ler, a escrever, a decorar... O ensino primário deve ser mais alguma coisa, as noções mais necessárias à vida, no ambiente em que a criança terá que viver. Afinal de contas, ler e escrever não adianta nem atrasa a ninguém, se, na escola, não se dão outras noções que formem equilibradamente o espírito e o informem para agir com inteligência, isto é, de modo a aproveitar as forças da natureza na produção da riqueza geral e no conforto da vida. (LOURENÇO FILHO, 1923, p. 472).

Em 1927, durante a I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, Lourenço Filho apresentou a tese de número 41, intitulada “A uniformização do ensino primário no Brasil”. O educador defendia, em seu trabalho, que a padronização do ensino primário, embora se impusesse como política nacional, era um problema complexo. Seus idealizadores deveriam, necessariamente, levar em consideração a necessidade de indicar quais seriam as finalidades do ensino nas mais diversas localidades do país. Considerando a pluralidade dos estados brasileiros, Lourenço Filho sugeria que seria preciso, no mínimo, haver uma diferenciação entre escolas urbanas e rurais. Nas escolas urbanas, o ensino para os meninos seria orientado de acordo com as necessidades e possibilidades econômicas da região. No caso do ensino feminino, seria priorizada a escola vocacional doméstica:

Nos meios rurais, a escola deve tender — onde for possível torná-la mais do que um órgão de alfabetização — a um aprendizado agrícola, quando mais não seja para aguçar a curiosidade dos meninos da roça para a técnica agrícola racional. Nas escolas femininas do mesmo meio, ampliar, tanto quanto possível, o ensino vocacional doméstico, instituindo-se o aprendizado prático da higiene e puericultura. (LOURENÇO FILHO, 1927, p. 248).

Deste modo, a educação deveria se voltar não apenas para o meio, mas para certas inclinações supostamente naturais dos sexos, conferindo às meninas estudos relativos aos cuidados da casa e da família. É importante notar, ainda, que Lourenço Filho, embora se inspirasse nas ideias de certos teóricos da

educação, como Dewey, impregnava suas próprias concepções pedagógicas de aspectos que, em certa medida, contradiziam aquilo que era preconizado pelos pensadores que o inspiravam. Seu elogio à disciplina, por exemplo, levava a crer que, no método que defendia, valorizava também o controle dos corpos infantis, preparados, desse modo, para o trabalho:

A feição climática especialíssima do Ceará, ao mesmo tempo que acena com as vantagens de uma produção vegetal e animal simplesmente fantástica, uma variedade de campos e terras propícias a todas as atividades agrárias, exige por parte de quem os explora o mais inteligente afã na compreensão dos fenômenos naturais, ao lado da previdência para poder resistir aos dias calamitosos. Exige, enfim, o que o nosso povo em geral não possui: capacidade técnica e educação econômica. Reclama as qualidades principais da educação primária e profissional: o método e a disciplina do trabalho. (LOURENÇO FILHO, 1923, p. 475).

Os estudantes não seriam, para Lourenço Filho, protagonistas da própria educação, mas pupilos guiados por mestres. A educação, após a *Reforma Serpa*, era fragmentada em matérias. Em Dewey, por outro lado, os conhecimentos seriam forjados a partir da experiência (GIGANTE, 2008). Dewey e outros teóricos do período defendiam também empiria, liberdade do educando, desenvolvimento afetivo e programas flexíveis. Tais elementos jamais puderam ser universalizados na educação pública do Brasil. A educação primária, inclusive, continuou a valorizar a lógica, a abstração, a obediência, o currículo inflexível e a aprendizagem de conteúdos.

A repressão das paixões e dos corpos indicava um ensino que se voltava não para a vida, mas para o trabalho. Com efeito, em artigo publicado muitos anos depois, em julho de 1944, Lourenço Filho afirmaria que a educação deveria ter um “profundo cunho social”. Conforme o educador paulista, a educação popular deveria possuir forte conexão com a economia do país, pois isso garantiria a própria unidade política e social da nação. Assim, os planos e diretrizes do ensino básico deveriam se fundamentar numa educação para o trabalho. No artigo, Lourenço Filho cita o então presidente Getúlio

Vargas, que teria afirmado: “[...] a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerado luxo acessível a poucos indivíduos e de escassos proveitos à coletividade” (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 27).

Lourenço Filho e os ideólogos do futuro Estado Novo enxergavam a educação como um meio de fortalecer, tanto do ponto de vista cultural quanto do ponto de vista econômico, a nação: “Deem-lhe escolas e açudes e o Ceará dentro de pouco tempo será dos Estados mais prósperos do Brasil, graças à reconhecida inteligência de seu povo e à tenacidade inquebrantável do sertanejo” (LOURENÇO FILHO, 1923, p. 475). A democratização da educação serviria, na prática, para a mobilização da população em geral para o trabalho e, principalmente, para a transformação de um Brasil majoritariamente rural num país moderno, em que o campo e as cidades se desenvolvessem graças às novas tecnologias agrícolas e industriais.

Segundo Lourenço Filho, a universalização do ensino primário e a popularização do ensino secundário seriam importantes porque viabilizariam a formação de trabalhadores qualificados; mas a criação de aparelhos de “verdadeira cultura” (institutos técnicos, universidades) em que se fossem produzidos homens preocupados com os problemas nacionais, seria essencial. Somente a partir deles se modificariam os rincões mais afastados do país: “Lampejos dessa verdadeira cultura, no sentido normal da palavra, têm produzido, com o mesmo homem rude dos sertões, com o mesmo mestiço que os pseudoletrados desabonam, maravilhas de vida e progresso” (LOURENÇO FILHO [1926], p. 143).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de reforma do ensino no Ceará apresentava, já em 1922, indícios do que viria a ser o ideário da Escola Nova no Brasil, que defenderia a necessidade da educação das massas, mas sempre com vistas à seleção dos melhores. Os mais capazes deveriam, segundo essa perspectiva, ter acesso às universidades. A crítica que o “Manifesto dos Pionei-

ros” viria a elaborar, em 1932, era ao fato de, no Brasil, o acesso às universidades ser, tradicionalmente, vedado aos mais aptos, sendo facultado, por outro lado, àqueles que possuíam apenas o mérito de serem mais ricos. As universidades defendidas pelos pioneiros deveriam se constituir não apenas como escolas de formação para profissionais liberais, mas também como institutos em que fossem exploradas profissões industriais e mercantis. Propunham, além disso, a criação de centros para o estudo de ciências sociais, econômicas, matemáticas, físicas, naturais, filosóficas e humanas.

Segundo Lourenço Filho, o governo deveria investir na universalização da educação primária, mas também – e principalmente – na criação de novas instituições de ensino superior, o que acabaria “por produzir não só a mais benéfica coordenação mental, como criaria o ambiente propício a um trabalho de educação popular extensa, pela escola, pela igreja, pelo livro, pelo cinema, pelo rádio” (LOURENÇO FILHO, 1926, p. 144).

## REFERÊNCIAS

A FORMAÇÃO das elites. **A Gazeta**. São Paulo, 23 de outubro de 1926, p. 1.

A MENSAGEM do sr. Matos Peixoto. **A Razão**. Fortaleza, 9 de julho de 1930, p. 1.

ALVES, Joaquim. O ensino primário nos sertões. **A Razão**. Fortaleza, 28 de novembro de 1931, p. 4.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. School and Modernity Representations as Pedagogical Models: A Study on their Circulation and Usages in Brazil (1889–1940). **Paedagogica Historica**, v. 41, nos. 1 & 2, p. 259–273, february 2005.

CESAR, Euclides. Florilegio. **A Razão**. Fortaleza, 10 de julho de 1929, p. 2.

GIGANTE, Moacir. Taylor, Ford e Dewey: paradoxos entre a educação e a educação para o trabalho. **Seminário do Trabalho:** trabalho, economia e educação, 6, **Anais [...]**, Marília, 2008. p. 1-14.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Lourenço Filho e a nacionalização do ensino primário (1917-1945). **Inter-Ação**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v40i3.35419>.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. A educação, problema nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-28, julho, 1944.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. O ensino no Ceará. **Revista Nacional**. São Paulo, Ano II, n. 7, p.

470-475, 1923. Disponível em: <http://ufdc.ufl.edu/AA00001493/00001/62x>.

MANIFESTO dos pioneiros. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (1932). **Revista HISTEDBR** On-line. Campinas, n. especial, p. 188-204, agosto de 2006.

REFORMA da instrução pública. **Correio Paulistano**. São Paulo, 18 de fevereiro de 1923, p. 1.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Documentos de política educacional no Ceará:** Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

---

**Recebido em:** 30 de Novembro de 2018  
**Avaliado em:** 18 de Dezembro de 2018  
**Aceito em:** 18 de Dezembro de 2018

---

1 Universidade Federal do Cariri – UFCA.  
E-mail: [amanda.teixeira@ufca.edu.br](mailto:amanda.teixeira@ufca.edu.br)